

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.403 - MG (2015/0153048-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : CAMARGO BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**ADVOGADO : LUCIANA SILVA CAMARGO BARROS - MG063585**  
**RECORRIDO : LUCIANA SILVA CAMARGO BARROS**  
**ADVOGADOS : LUCIANA SILVA CAMARGO BARROS - MG063585**  
**LUCIANA MIRANDA DE SOUZA CLIMACO - MG063483**  
**RECORRIDO : SEBASTIÃO DE BARROS QUINTÃO**  
**ADVOGADO : JOSE SAD JUNIOR E OUTRO(S) - MG065791N**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com respaldo no permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local assim ementado (e-STJ fl. 580):

APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRELIMINARES – ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – REJEITADAS MÉRITO – MUNICÍPIO DE IPATINGA – SOCIEDADE CONTRATADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS – UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS TAMBÉM EM FAVOR DO EX- PREFEITO – NATUREZA ESTRITAMENTE FUNCIONAL DO ATO QUESTIONADO E INTERESSE PÚBLICO NA DEFESA DE SUA LEGITIMIDADE PELO PRÓPRIO ENTE – ATO DE IMPROBIDADE NÃO CARACTERIZADO – RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A defesa do agente político pelas Procuradorias – ou até por escritório de advocacia regularmente contratado para prestação de serviços à pessoa jurídica – é admitida quando há interesse estatal na defesa dos atos administrativos por ele praticados, na condição de preposto do ente público, e quando não repercute em gastos extras para o erário.

2. Em se tratando de ação popular em que se questionou tão-só a legalidade de procedimento licitatório do Município de Ipatinga, patente a natureza estritamente funcional do ato imputado a seu ex-prefeito e o interesse público a justificar a defesa de sua legitimidade pela própria municipalidade.

3. Não se voltando, a defesa técnica, à proteção de um ato pessoal e irregular do agente público, descabida sua condenação nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

4. Recurso a que se nega provimento.

VVp. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PELA MUNICIPALIDADE – UTILIZAÇÃO PARA DEFESA DE EX-PREFEITO – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE E DA MORALIDADE – SANÇÕES APLICÁVEIS – PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

- A utilização dos serviços de um escritório de advocacia particular, contratado para a prestação de assistência jurídica ao Município, na defesa pessoal do então Prefeito, em ação popular contra si intentada, na situação

concreta verificada, ofende os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa e configura ato de improbidade administrativa.

- As penas definidas no art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), não são necessariamente aplicadas de forma cumulativa; cabe ao julgador, sob pena de nulidade, motivar a aplicação de cada uma das sanções, dosando-as, de acordo com a natureza, gravidade e consequências do ato ímprobo.

- Recurso provido em parte.

Embargos de declaração rejeitados com a imposição de multa (e-STJ fl. 609)

Nas suas razões, o MP/MG defende a violação aos arts. 12, I, 535, II, e 538, todos do CPC/1973, e 9º, 10, 11 e 21, todos da LIA. Sustenta a configuração da prática de ato de improbidade administrativa pelos recorridos, tendo em vista a utilização, pelo ex-Prefeito, Sebastião de Barros Quintão, dos serviços de advocacia pelos demais recorridos, para defesa pessoal em ação popular. Aduz que incumbia ao ex-prefeito custear sua defesa e não a municipalidade. Por fim, alega a impossibilidade da imposição da multa prevista no art. 538 do Estatuto Processual Civil.

Contrarrazões.

Manifestação do MPF pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 712/718).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 – STJ).

Considerado isso, verifico que o STJ tem entendimento pacificado no sentido de que é legítima a defesa dos gestores por advogados públicos nos casos em que a defesa pessoal confunde-se com a defesa do Órgão ao qual o advogado encontra-se vinculado. Porém, estabeleceu que essa atuação será ilegítima, diante da existência de conflito entre o interesse público e a matéria objeto de defesa.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CONFIGURADO - CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO ESPECIAL - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PRIVADO PARA DEFESA DE PREFEITO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ATO DE IMPROBIDADE.

1. Merece ser conhecido o recurso especial, se devidamente configurado o dissídio jurisprudencial alegado pelo recorrente.

2. Se há para o Estado interesse em defender seus agentes políticos, quando agem como tal, cabe a defesa ao corpo de advogados do Estado, ou

contratado às suas custas.

3. Entretanto, quando se tratar da defesa de um ato pessoal do agente político, voltado contra o órgão público, não se pode admitir que, por conta do órgão público, corram as despesas com a contratação de advogado. Seria mais que uma demasia, constituindo-se em ato imoral e arbitrário.

4. Agravo regimental parcialmente provido, para conhecer em parte do recurso especial.

5. Recurso especial improvido.

(AgRg no REsp 681.571/GO, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2006, DJ 29/06/2006, p. 176)

ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARTICULAR PARA DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO. UTILIZAÇÃO DO CAUSÍDICO PARA ATUAR EM AÇÃO DE IMPROBIDADE AJUIZADA CONTRA O PREFEITO. DEFESA DE INTERESSE PESSOAL DO ALCAIDE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Conforme a jurisprudência desta Corte, configura uso ilícito da máquina pública a utilização de procurador público, ou a contratação de advogado particular, para a defesa de interesse pessoal do agente político, exceto nos casos em que houver convergência com o próprio interesse da Administração. Nesse sentido: REsp 703.953/GO, Rel. Ministro Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 03/12/2007, p. 262; AgRg no REsp 681.571/GO, Rel.ª Ministra Eliana Calmon, 2ª Turma, DJe 29/06/2006, p. 176.

2. No caso em exame, apesar de a contratação do causídico ter ocorrido às expensas do Município, sua atuação profissional se deu exclusivamente na defesa jurídica e pessoal do chefe do Poder Executivo local, em duas ações de improbidade contra ele propostas.

3. Em se tratando de ação civil por improbidade administrativa, a vontade do legislador foi a de proteger a Administração Pública contra condutas inadequadas de seus agentes públicos, cujo contexto conduz à compreensão de que se colocam em disputa interesses nitidamente inconciliáveis. Em contexto desse jaez, não se pode conceber a possibilidade de que uma mesma defesa técnica em juízo possa, a um só tempo, atender simultaneamente ao interesse público da entidade alegadamente lesada e ao interesse pessoal do agente a quem se atribui a ofensa descrita na Lei de Improbidade.

4. Dessa forma, impõe-se o reconhecimento de que os dois réus implicados na presente ação de improbidade (o então Prefeito e o advogado particular contratado pelo Município) incorreram, de forma dolosa, nos atos de improbidade definidos na sentença de primeiro grau, que enquadrou suas condutas, respectivamente, nas hipóteses previstas nos arts. 9º, IV (Prefeito) e 11, I (Advogado), da Lei nº 8.429/92.

5. Recurso especial provido, com a determinação do oportuno retorno dos autos ao Tribunal de origem para que conclua, no seu resíduo, o julgamento das três apelações interpostas pelos litigantes.

(REsp 1239153/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 29/11/2016)

No caso presente, a Corte de origem consignou o que segue:

Não obstante, é cediço que a defesa do agente político pelas Procuradorias - ou até por escritório de advocacia regularmente contratado para prestação de serviços à pessoa jurídica - é admitida quando há interesse estatal na defesa dos atos administrativos por ele praticados, na condição de preposto do ente público, e quando não repercute em gastos extras para o erário.

Com efeito, essa atuação não deve ser confundida com a indevida proteção

de um ato pessoal e irregular do agente público, mormente quando verificado conflito de interesses entre a pessoa jurídica de direito público e o respectivo agente.

**E, pelas circunstâncias aqui noticiadas, a figura do ex- alcaide, na qualidade de demandado na ação popular n. 0313.06.195168-4 pela prática de suposto ato lesivo ao patrimônio público, confunde-se com a do próprio ente por ele representado, notadamente porque, da leitura da petição não se identifica a indicação de qualquer conduta pessoal praticada pelo agente, mas de atuação decorrente do exercício das funções próprias do cargo público.**

**Extraí-se, da inicial popular, notadamente ao sustentar a legitimidade do então Prefeito, que a sua inclusão no polo passivo da lide decorreu unicamente do fato de ser ele o Chefe do Poder Executivo Municipal, in verbis (...) (e-STJ fl. 589) (Grifos acrescidos).**

Vê-se, portanto, que o acórdão recorrido, ao refutar a prática do ato ímprobo, encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte.

No que toca à aplicação da multa, assiste razão à parte recorrente, porquanto os embargos declaratórios foram utilizados com o propósito de prequestionar dispositivos relativos à controvérsia de fundo, atraindo o entendimento firmado na Súmula 98 do STJ, *in verbis*: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório."

Nesse sentido: REsp 1597969/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2016, DJe 21/06/2016; EDcl no AREsp 156.071/ES, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 25/02/2016.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa parte, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para excluir a multa aplicada com base no art. 538 do CPC/1973.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator